

Sumário

DOCTRINA

Artigos

Anistia, tortura e terrorismo de Estado: segurança jurídica e direitos humanos	
Ronaldo Jorge Araujo Vieira Junior9	
I	Antecedentes: o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a proposta de nova interpretação à Lei nº 6.683, de 1979 – Lei de Anistia9
II	Abrangência subjetiva da norma: do enquadramento dos crimes dos agentes do Estado no escopo da Lei de Anistia 10
III	Da irretroatividade da lei penal, ou da interpretação da lei penal, que prejudica o réu 16
IV	Da repressão institucionalizada no Brasil no período da ditadura: a responsabilidade objetiva do Estado brasileiro e a impossibilidade jurídica da ação regressiva contra os agentes públicos.....21
V	Suposta antinomia entre tratados internacionais e ordenamento constitucional e infraconstitucional brasileiro: da prevalência da anistia aos agentes do Estado29
VI	Da prescrição dos crimes cometidos32
VII	Da interpretação histórica, teleológica e autêntica da norma: transição política possível, segurança jurídica e retorno ao trilho democrático 38
VIII	Do caráter extemporâneo do debate: o descolamento do tema da agenda atual do país42
IX	Olhos postos no futuro: o “direito à memória e à verdade” das novas gerações, respeitados os direitos constitucionais à imagem, à privacidade, e à segurança da sociedade e do Estado como meio de impedir qualquer ruptura democrática45
Neoconstitucionalismo e políticas públicas: os desafios do Poder Judiciário para a concretização das normas constitucionais	
Claudinei J. Göttems, Rodrigo Lanzi de Moraes Borges49	
	Introdução.....49
1	A Constituição como norma jurídica51
2	O movimento neoconstitucionalista55
3	Políticas públicas e a efetividade da Constituição58
	Conclusões65
	Referências67
Riscos em projetos de infraestrutura: incompletude contratual; concessões de serviço público e PPPs	
Marcos Nóbrega69	
1	Introdução.....70
2	Definição de risco71
3	Fontes de risco.....73
4	Obstáculos para a tomada de decisões.....75
5	Fases dos projetos de infraestrutura e risco.....77
6	Alocação da exposição ao risco78
7	Alocação de riscos para o governo79
8	Conclusões88
	Referências91

Contratos administrativos e a aplicabilidade de Lei de Arbitragem	
Edison Eduardo Borgo Reinert	93
1	Exposição de motivos e delimitação do tema abordado..... 93
1.1	O Direito Administrativo brasileiro..... 93
1.1.1	A reforma administrativa..... 93
1.2	O Brasil e a Lei de Arbitragem..... 96
2	Os contratos administrativos e sua arbitrabilidade..... 97
2.1	Arbitrabilidade objetiva. A questão dos direitos disponíveis e indisponíveis..... 99
2.2	A arbitrabilidade objetiva das diferenças envolvendo a Administração Pública..... 101
2.2.1	A questão da indisponibilidade do interesse público — A supremacia do interesse público sobre o privado..... 104
2.3	A arbitrabilidade subjetiva das diferenças envolvendo a Administração Pública..... 106
2.4	O princípio da legalidade — A necessidade de autorização legislativa..... 108
2.5	Os princípios da moralidade e da boa-fé nas relações negociais da Administração Pública..... 110
3	Conclusão..... 112

A dignidade da pessoa humana como *substratum* dos direitos fundamentais: aos direitos sociais cabe a proteção do artigo 60, §4º, IV, da Constituição da República Federativa do Brasil?

Thiago Allisson Cardoso de Jesus	113
Considerações iniciais.....	113
A dignidade da pessoa humana como conteúdo dos direitos fundamentais.....	115
Pela extensão da proteção prevista no artigo 60, §4º, IV, da Constituição de 1988 aos direitos sociais.....	122
Considerações finais.....	125
Referências.....	127

Contratos administrativos de obras e o problema de sua alteração

Carlos Ari Sundfeld, Rodrigo Pinto de Campos	129
1	Introdução..... 129
2	As alterações dos contratos de empreitada por preço unitário decorrentes de ajustes no projeto básico: tipos, características e consequências da categorização..... 130
2.1	Síntese do ponto..... 135
3	A metodologia de execução nas licitações de alta complexidade técnica do tipo menor preço..... 136
3.1	Síntese do ponto..... 140
	Referências..... 141

Os regulamentos de organização no direito brasileiro e os decretos autônomos de extinção de cargos públicos vagos: uma distinção necessária

Paulo Modesto	143
1	Legalidade e segurança jurídica: regulamentos de organização e princípio da juridicidade..... 143
2	Limites objetivos e subjetivos dos regulamentos de organização..... 145
3	A situação peculiar dos decretos de extinção de cargos vagos..... 152
4	A insuficiência do princípio da legalidade na análise de legitimidade dos regulamentos de organização e dos decretos de extinção de cargos vagos..... 153

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdão na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

ADPF – ECT – Privilégio – Serviço postal – Controvérsia – LF nº 6.538/78 – Previsão de sanções – Violação do privilégio postal – Compatibilidade constitucional – Violação dos princípios da livre concorrência e livre iniciativa – Não caracterização – Improcedente. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 46-7/DF..... 159

Índice 253

Instruções para os autores 257

DOCTRINA
- Artigos
